

## EDUCAÇÃO DE ADULTOS PRESOS: RESGATANDO A CIDADANIA PELA LEITURA E ESCRITA.

Elenice Maria Cammarosano Onofre. UFSCar - São Carlos-SP.  
eleonofre@ufscar.br

Este estudo foi elaborado buscando aprofundar discussões existentes em relação às possibilidades e limites da educação escolar no sistema prisional. Tais discussões têm enfatizado as dificuldades em desenvolver, efetivamente, um programa de educação, se este estiver ligado ao esquema de funcionamento da prisão, cujo caráter é essencialmente disciplinar.

Nesse espaço, a reabilitação requer a anulação do ser e não um empreendimento próprio para a sua formação como sujeito, tendo sua primazia centrada na aceitação da situação, e estando, portanto, as possibilidades de mudança fora de seu alcance.

A educação, por seu lado, almeja a formação dos sujeitos, a ampliação de sua leitura de mundo, o despertar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação de sua condição atual.

O princípio fundamental da educação escolar, que é por essência transformador, aponta o tempo-espaço da escola como **possibilidade** enquanto a cultura prisional, caracterizada pela repressão, pela ordem e disciplina, visando adaptar o indivíduo ao cárcere, aponta para um tempo-espaço que **determina mecanicamente** as ações dos indivíduos.

Seria, por isso, pretensioso, e mesmo ingênuo, propor a elaboração de respostas definitivas para um problema polêmico como é o das contradições existentes nas organizações penitenciárias, em relação a reabilitação e educação – tarefas a elas destinadas.

No entanto, os processos de adaptação dos indivíduos ao sistema social do cárcere não são plenos. Encerram contradições, uma vez que os prisioneiros encontram e constroem formas de resistência, e a educação não permanece neutra nesse processo. Os estudos sobre educação de adultos presos têm mostrado a possibilidade de se construir a escola nas prisões enquanto espaço diferenciado das prerrogativas carcerárias.

Para a construção dessa escola, há que se considerar se existe descompasso entre o que ela deve e o que pode fazer no interior das prisões. A proposta educacional traçada para essas escolas, ao explicitar as concepções sobre o homem, sobre o mundo e sobre a educação e a produção de conhecimento, enfatiza que a educação, para ser válida, deve levar em conta tanto a vocação ontológica do homem (vocação de ser sujeito), quanto as condições nas quais vive (contexto). Toda ação educativa deve, portanto, promover o indivíduo, e este deve transformar o mundo em que está inserido, não se tornando um instrumento de ajuste à sociedade.

É preciso, pois, que ao tomar consciência de sua realidade, o homem procure refletir sobre ela, comprometendo-se em transformá-la. O que se precisa ter presente é se a atividade educativa está sendo desenvolvida para a libertação dos

homens – a sua humanização – ou para a sua domesticação. Sobressai, então, a importância da clareza sobre as diferentes formas de ação no campo educacional, a fim de tornar possível a opção ou escolha pelos caminhos que se pretendem tomar.

Como afirma Freire (1983), não é apenas necessário saber que é impossível haver neutralidade da educação, mas é preciso distinguir esses diferentes caminhos. A escola é uma instituição que existe num contexto histórico de uma determinada sociedade. Para que seja compreendida, é necessário que se entenda como o poder se constitui na sociedade e a serviço de quem está atuando.

A escola é um texto escrito por várias mãos e sua leitura pressupõe o entendimento de suas conexões com a sociedade e de seu próprio interior. Resgatar a identidade da escola, sua intencionalidade, seus compromissos é tarefa dos educadores em quaisquer espaços educativos.

O seu papel de promover situações em que as interações e a intersubjetividade estejam presentes, enfatizado nos depoimentos dos alunos e professores que compartilharam deste estudo, nos permite evidenciar a idéia de que os homens fazem a história a partir de uma dada circunstância concreta e de uma estrutura que já existe. A sala de aula de qualquer espaço educativo é portadora de várias culturas, várias cidadanias, várias entidades e a escola trabalha com esse jogo complexo de filiações e pertences. Apesar dos limites de caráter ideológico, social, político e cultural, o professor tem presente que o elemento fundamental da eficácia de seu papel reside no processo de resgate da liberdade e a escola é uma das instituições que melhor cumpre a tarefa de oferecer possibilidades que libertam e unem, ao mesmo tempo. Se o aprisionado vive em função desse resgate, não há que se medir esforços para o repensar da escola e de outras práticas educativas que ocorrem no interior das prisões.

### ***O caminho percorrido: metodologia de trabalho e sujeitos da pesquisa***

Dadas as peculiaridades da temática escolhida – a educação escolar de adultos presos -, utilizou-se o estudo de caso como metodologia de trabalho, entendido como uma “investigação sistemática de uma instância específica” (NISBETT; WATT, 1978, p.5). A característica mais distinta de tal metodologia é a ênfase na singularidade e no particular, pois isso implica que o objeto de estudo seja examinado como único. O estudo de caso enfatiza a importância de contextualizar as informações e situações retratadas, sendo necessário que o pesquisador esteja atento aos elementos e dimensões que vão emergindo dos estudos e aos aspectos inicialmente não previstos.

Nesse sentido, durante o período de 1997 a 1999, em contato freqüente com a realidade pesquisada – a escola de uma unidade prisional de segurança máxima, do interior do estado de São Paulo - o foco de atenção foi se aprofundando a cada momento. Além disso, embora se buscasse um contato mais próximo com os professores, a equipe de educação e os alunos, por meio das entrevistas e conversas informais, foi possível conviver também com a diretoria geral, diretoria de reabilitação, advogados, assistentes sociais, psicólogos, guardas e funcionários.

Desse convívio, ocorreram reflexões que permitiram, organizadas em diários de campo, cruzar informações, confirmar hipóteses e descobrir novos dados da realidade investigada.

O ano de 1999, momento em que foi coletada grande parte dos dados através das conversas com os professores e alunos, foi um momento especial da elaboração deste estudo, na medida em que se perceberam relações importantes entre a literatura e o cotidiano da penitenciária, e a cada leitura, chegava-se para as entrevistas com um olhar mais aprofundado da realidade.

A esse conhecimento experiencial foram associadas informações e reflexões, frutos de experiências pessoais em outros espaços escolares. As comparações foram evidenciando semelhanças e diferenças entre a escola da prisão e as escolas “da rua”, e embora houvesse inicialmente a idéia de que seriam encontradas muitas diferenças, foram constatadas inúmeras semelhanças referentes ao trabalho educativo, à valorização do professor pelas instâncias superiores, às relações de poder.

Por outro lado, as falas advindas de diferentes informantes dentro da penitenciária, sobre o objeto de estudo, e que não pareciam conflitantes à primeira vista, aos poucos revelaram, embora os discursos fossem semelhantes, importantes diferenças nas entrelinhas. Foi possível perceber, de um lado, o discurso “da casa”, e de outro, o discurso dos alunos e professores.

Para entender a sociedade dos cativos, como esclarece Sykes (1999), é preciso estar sintonizado com a contradição e permanecer neutro, pois as realidades da detenção são multifacetadas; há que se ter presente que o significado de qualquer situação é sempre um complexo de pontos de vista, muitas vezes conflitantes, e que é na divergência que se começam a ver os aspectos significativos da estrutura social da prisão.

Buscando uma postura de neutralidade e com a atenção voltada às contradições do espaço pesquisado, estabeleceu-se o recorte de análise nos agentes que constituem o espaço da sala de aula. A preocupação central do estudo foi compreender como os alunos e professores vêem a escola na penitenciária, buscando uma representação singular da realidade, sem desvinculá-la do contexto em que está inserida, até porque este determina as ações que se desenvolvem no interior da escola.

Tendo em vista o contexto em que se realizou a pesquisa, torna-se relevante considerar que a chegada, como pesquisadora, no espaço prisional, constituiu-se em um verdadeiro “ritual de passagem”: estive sujeita a olhares de interrogação e de intimidação. Fui acompanhada o tempo todo por pessoas que ali trabalhavam – especialmente por ser uma pesquisadora em um espaço masculino: essa penitenciária abriga homens, sendo homens, também, o diretor de educação, o monitor coordenador e os professores.

Estava presente uma realidade em que se entrecruzam o “visto” e o “lido”, o visível e o enunciável. Descortinava-se, portanto, um espaço de pesquisa em que seria preciso vivenciar momentos de contradição entre o dito e o feito, de regras

rígidas e verticalizadas, mas que permitiriam desenvolver a habilidade de escuta e de observação apurada às entrelinhas.

Dadas as características do estudo de caso, tornou-se fundamental o uso de vários informantes e de múltiplos instrumentos de coleta de dados que permitissem segurança nos resultados obtidos.

Como mencionado anteriormente, o recorte dos sujeitos incidiu nos alunos e professores da escola de uma penitenciária do interior do Estado de São Paulo.

Em relação aos alunos, usou-se, para seleção dos sujeitos de pesquisa, o processo de amostragem, sendo selecionados inicialmente 50 (cinquenta) sujeitos, com inclusão no ano 1998, idade entre 20 e 30 anos e com famílias tidas como desestruturadas. Optou-se pelo ano de 1998 por serem sujeitos recém-incluídos, mas que já haviam tido oportunidade de se matricular e estavam freqüentando a escola; e pela idade de 20 a 30 anos, com famílias tidas como desestruturadas, por serem dados predominantes na população desta penitenciária.

Dos cinquenta sujeitos selecionados, apenas dezoito puderam ser entrevistados, embora as conversas tenham sido agendadas com antecedência. Os demais sujeitos não participaram das entrevistas, por estarem no hospital, terem sido excluídos (ido para outros presídios), estarem em trânsito (encaminhados a outras comarcas para responder processos), ou incomunicáveis no pavilhão E (local para onde são encaminhados quando cometem faltas graves).

Isso demonstra a dificuldade encontrada na coleta de dados, mesmo porque o sujeito selecionado para entrevista pode, de um dia para o outro, não estar mais no presídio. Há uma mobilidade interna muito grande, o que dificulta o contato com os mesmos sujeitos selecionados durante um período de tempo muito longo.

Em relação aos professores, no ano de 1999, o grupo era composto de oito professores, universitários de duas Instituições de ensino superior. Os universitários foram admitidos em 1997 pela Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP, tendo em vista o desligamento dos professores da rede pública de ensino da escola da penitenciária. Foram efetivados, através de processo seletivo, no ano de 1999, pela própria FUNAP.

O perfil dos alunos foi traçado com dados retirados dos Boletins de Inclusão dos cinquenta sujeitos selecionados. Desses, dezoito foram entrevistados, com um roteiro de questões que permitiu a coleta das informações que se buscavam, tendo em vista os objetivos propostos.

As entrevistas ocorreram em diversos momentos. O roteiro era organizado com base nas informações anteriormente obtidas, que se enriqueciam e se aprofundavam, à medida que a leitura da literatura apontava novas indagações e reflexões. Ao mesmo tempo, foram realizadas anotações em diários de campo, nas quais houve preocupação de enfatizar observações do cotidiano prisional e fatos que ocorreram em momentos anteriores e posteriores às conversas com os alunos, o que permitiu organizar material de consulta para análise dos dados.

O perfil dos professores foi traçado com informações da Diretoria de Educação da penitenciária. Com eles, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, buscando informações que permitissem analisar o ideário dos professores, o modo como avaliam o papel da escola dentro do contexto do presídio e o seu papel nesse espaço.

Optou-se pela entrevista semi-estruturada porque ela oferece as perspectivas para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo assim a investigação.

Da mesma forma que se procedeu com os alunos, houve preocupação em respeitar os professores colaboradores em relação ao horário estipulado, ao seu universo de valores, cumprindo os acordos com suas conveniências e garantindo o sigilo das informações obtidas.

Com os professores foi usado o gravador em todas as entrevistas visto terem concordado com tal procedimento, o que não aconteceu nas conversas com os alunos.

Os focos de análise emergiram dos dados coletados nos Boletins de Inclusão, informações da Diretoria de Educação, observações do cotidiano, conversas informais e entrevistas com alunos e professores da escola da penitenciária. Conforme se afirmou anteriormente, não foram utilizadas categorias *à priori*, prontas e acabadas. Partiu-se do pressuposto de buscar dados que emergem da realidade, realizando-se um trabalho de questionamento das raízes, limitações e implicações do material encontrado, pois o fato de ele ser retirado da realidade apreendida não é garantia de autenticidade e de verdade.

### ***Resgatando a cidadania pela leitura e escrita***

Dos relatos dos alunos e professores foram selecionados trechos dos discursos nos quais se localizaram informações de onde emergiram os focos de análise: significado da prisão para o aluno; significado da escola para o aluno; causas do abandono da escola da prisão; papel dos professores na escola da prisão; significado da figura do professor e da escola; a sala de aula como espaço de aprendizagem de conteúdos úteis para a vida; organização e funcionamento da escola na prisão: dificuldades encontradas.

Atendendo ao objetivo deste texto, buscou-se enfatizar os aspectos voltados ao papel da leitura e da escrita enquanto fatores contributivos de ressocialização e de reinserção do homem aprisionado – soltar as amarras, quebrar as armadilhas existentes entre as grades, através da educação escolar, é um desafio aos educadores que lutam pelos direitos educativos.

O isolamento é a forma mais marcante de privação da liberdade na prisão, representando uma rejeição moral deliberada pela comunidade. Embora seja advogado por parte da equipe dirigente como “medida terapêutica”, para o preso significa punição que agrava sua angústia e o sofrimento que vem arrastando por passagens anteriores nos estabelecimentos penais (ADORNO; BORDINI, 1991).

O isolamento na prisão, também produz no indivíduo a sensação de perdas pessoais, como explicita Goffman (1974), quando observa que o encarcerado passa por um processo de descaracterização de sua identidade adquirida anteriormente nas relações com a família, amigos e instituições religiosas, educacionais, profissionais.

Nesse sentido, buscar a escola para ampliar conhecimentos é uma maneira de resistir ao processo de perdas a que a prisão submete o indivíduo, uma vez é a região mais sombria do aparelho de justiça que organiza silenciosamente um campo de subjetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica.(FOUCAULT, 1987).

Existe entre os aprisionados um sentimento de tempo perdido, destruído ou tirado de suas vidas, e que pode se configurar como motivo que os leva à escola. A volta à sala de aula oferece a muitos deles a possibilidade de poder sair da cela, distrair a mente e ocupar seu tempo com coisas úteis, como se pode comprovar no estudo realizado.

Quando os alunos se referem à escola como espaço onde ocupam a mente com coisas boas e preenchem o tempo ocioso, pode-se atentar para a falta de atividades em que vivem. Ora, é preciso ter presente que os criminosos são colocados na prisão, não *para* punição, mas *como* punição. Não precisam, no dizer de Sykes (1999), ser agredidos física ou mentalmente, além da dor envolvida no próprio confinamento. Eles não estão ali para serem punidos, pois o muro já é a segregação e o castigo. A escola, portanto, além de ser uma ocupação, proporciona-lhes a possibilidade de se relacionarem com o mundo externo. Ali, eles têm contato com práticas e opiniões externas às do mundo prisional, que é carregado de símbolos relacionados ao mundo do crime.

A resposta mais freqüente dos entrevistados, em relação ao significado da escola, está relacionada à oportunidade de aprendizado da leitura e escrita para os não alfabetizados, que são os mais freqüentes, os que mais valorizam a escola e os que apresentam a menor porcentagem de evasão.

Ler e escrever na prisão é fundamental, pois não ter essas qualidades implica dependência do companheiro. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar dos seus processos criminais.

No dizer deles, é preciso ficar atento, porque a justiça não tem preocupação com eles e o cumprimento da pena sempre vai além do determinado no momento da condenação. Nesse sentido, de posse da leitura e da escrita, buscam lutar para ter seus direitos respeitados.

Na prisão, ler e escrever significa, portanto, ter mais liberdade, autonomia e privacidade, até porque quem não sabe pede, e quem pede, deve. Na prisão até favor é dívida, e dívida é risco de vida.

Em relação ao significado da escola para o aluno, é preciso, também, que sejam destacadas, de acordo com os depoimentos, as expectativas que demonstram em relação ao acesso aos conhecimentos e melhorias das condições de vida, quando em liberdade. Do ponto de vista da aprendizagem, os objetivos da escola são mais concretos e reais, pois uns querem aprender a ler, escrever e calcular, outros buscam aperfeiçoar, aprofundar e ampliar seus conhecimentos. Essa visão não é muito diferente da análise feita por Mello (1987, p. 78), quando afirma que “[...] é ensinando a ler, escrever, calcular, falar, e transmitindo conhecimentos básicos do mundo físico e social, que a educação escolar poderá ser útil às camadas populares.”

Para a autora, os alunos presos, assim como as camadas populares, vêm a educação como “[...] formas de melhorar de vida, pela possibilidade que nela distinguem de obterem melhor emprego e de participarem da cultura letrada” (MELLO, 1987, p. 77).

Essa expectativa é ainda maior nos homens encarcerados, pois, além de pobres, são presos. A educação não pode ser considerada “toda poderosa”, mas é preciso ter o cuidado de não cultivar o pessimismo, achando que a educação nada pode.

Como afirma Santos (2002, p. 105), “faz parte do imaginário dos detentos a expectativa de ter acesso aos conhecimentos acumulados, via escola, e isso não sofre variação se essa instituição está dentro ou fora de uma prisão”.

Pode se concluir, então, que a escola no presídio guarda especificidades que a diferenciam de outros espaços, e que a sociedade dos cativos mantém expectativas em relação à instituição escolar quanto à aquisição de conhecimentos e preparo para o convívio social.

Pensar a educação escolar no presídio significa, nesse sentido, refletir sobre sua contribuição para a vida dos encarcerados e da sociedade em geral, por meio da aprendizagem participativa e da convivência baseada na valorização e desenvolvimento do outro e de si mesmo. Significa, ainda, pensar uma educação escolar capaz de fazer do preso um homem “[...] informado e participante do mundo em que vive, adquirindo consciência crítica que favorece a capacidade de questionar e problematizar o mundo, condição necessária para a prática social transformadora” (MELLO, 1987, p.90).

A leitura e a escrita aparecem portanto, como ferramentas úteis a realizar a formação desses homens que desejam ser “alguém”. Sem dúvida, os que têm um grau de escolaridade mais elevado são mais respeitados e valorizados na prisão, seja por funcionários, seja por outros presos. A leitura e a escrita aumentam os conhecimentos, melhorando o relacionamento e criando novas maneiras de pensar, viver e comportar-se dentro e fora das grades.

Há que se ter presente que a perda da liberdade do aprisionado é dupla: primeiro, por confinamento na instituição e segundo, por confinamento dentro da instituição. De acordo com Sykes (1999), à medida que os meses vão passando, as ligações com as pessoas da comunidade livre vão enfraquecendo. Nesse sentido, é oportuno ressaltar a figura do professor e os vínculos que se estabelecem no espaço

da sala de aula. O aprisionado necessita ter não somente suas necessidades básicas atendidas, pois esse empobrecimento material é visto como uma perda dolorosa, uma ameaça à sua imagem como membro da sociedade. Mesmo sendo restrita a sua oportunidade de fazer escolhas, a sala de aula contribui no sentido de resgatar sua autonomia, num espaço em que está submetido a regras e comandos destinados a controlar o seu comportamento nos mínimos detalhes.

Concordo com Sykes (1999) quando afirma que por algum tempo, os criminosos continuarão confinados, que os muros não serão demolidos, que é excessivamente otimista esperar que a prisão reabilite 100% dos reclusos, que a comunidade autoritária da prisão não necessita ser severamente repressiva, que não se pode ser indiferente e ignorar o sistema social da prisão ao se tentar mudar a sua natureza propondo uma política penal esclarecida.

Tal situação não impede, porém, de se buscarem formas de resgatar a dignidade, a liberdade psicológica e o bem-estar do aprisionado. A escola é um espaço que não precisa funcionar pelo avesso, podendo desempenhar um papel importante no resgate do status de cidadão, sendo o professor figura relevante no estabelecimento do vínculo de confiança que o aprisionado perdeu ao ser afastado da sociedade.

Para tanto, é preciso desmascarar alguns mitos sobre os riscos de se lidar com a população sentenciada, pois atrás desses mitos está o ceticismo e a postura elitista de administradores dessas organizações, que por se constituírem em donos do saber “especializado”, desqualificam quaisquer propostas de mudanças.

O que se conhece da questão penitenciária no Brasil é um cenário de impasses e dilemas crônicos. Há uma realidade da qual não se pode fugir, mas é preciso buscar caminhos para o repensar da melhoria das instituições penais.

Os programas educativos estabelecidos para as prisões devem estar inseridos em uma política pública de âmbito estadual, mas quando se pensa em formular esses programas, não pode ser esquecida uma referência básica – a relação futuro-presente-passado.

Para o aprisionado, essa relação é fundamental, em qualquer programa educativo que se lhe apresente. É o cotidiano que revela as bases sobre o que é possível, mas não deixa de trazer embutido o passado, enquanto memória e incorporação de vivências. Sua expectativa de futuro é algo que deve ser também considerada. A escola pode oferecer condições para que ele possa conviver, no presente, com diferentes circunstâncias, sabendo a hora de “mostrar-se” ou “esconder-se”, de falar ou de calar, de proteger-se para sobreviver. O aprisionado traz, por outro lado, enquanto memória, vivências por vezes negativas, de situações pelas quais passou antes e durante sua carreira delinqüencial. Em suas expectativas de futuro estão o desejo de começar uma nova vida, na qual possa trabalhar, voltar a estudar e construir uma família. Embora os estudos sobre a reincidência criminal apontem que suas expectativas acabam, na maioria das vezes, frustradas pelos rótulos, pelo despreparo em assumir atividades profissionais, por distorções de visão de mundo que fatalmente adquirem na “sociedade dos cativos”, é necessário que



sejam prosseguidos estudos em busca da (re)construção de projetos educativos que visem à melhoria das escolas das unidades prisionais.

Embora o quadro que se apresenta não seja alentador, dada a falta de transparência das organizações penitenciárias e o hiato entre o discurso oficial e o modo de vida instaurado no espaço prisional, que dificultam as possibilidades de ações que possam intervir em sua melhoria, alguns passos podem ser dados, visto que muitos dos problemas existentes no interior da escola das unidades prisionais têm semelhanças com os de outros espaços escolares.

A contribuição deste estudo é a de desvelar que também em um espaço repressivo, como é o caso das prisões, a escola tem seu significado e sua essência mantidos, no estabelecimento de vínculos e de intersubjetividades. Se buscamos caminhos para a educação brasileira por se acreditar na sua transformação, se buscamos um sociedade mais justa em favor daqueles que historicamente tiveram negado o acesso aos direitos essenciais à vida humana e entre eles, os direitos educativos, se apostamos no poder dos educadores porque em qualquer situação o possível existe e pode ser realizado, desde que tenhamos desejo de mudança, há que se incluir, nessa possibilidade, a educação dos excluídos que vivem no interior das unidades prisionais.

***Referências bibliográficas:***

- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1991) A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 3, Série 2, p. 113-147.
- FOUCAULT, M. (1987). **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes.
- FREIRE, P. (1983). **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOFFMAN, E. (1974). **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva.
- MELLO, G. N. (1987). **Educação escolar : paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez.
- NISBETT, J.; WATT, J. (1978). **Case study red guide 26: guides of Nottighan School of Education**.
- SANTOS, S. **A educação escolar no sistema prisional sob a ótica de detentos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SYKES, G. M. (1999). **The society of captives: a study of a maximum security prison**. New Jersey: Princeton University Press.